

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

JOSEANE NOVAES DA SILVEIRA

INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2013

JOSEANE NOVAES DA SILVEIRA



INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Paranavaí, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador(a): Prof. Ma.Silvana M. Lopes Valentin

MEDIANEIRA

2013



TERMO DE APROVAÇÃO

Inclusão de Alunos Surdos no Ensino Regular

Por

Joseane Novaes da Silveira

Esta monografia foi apresentada às 18:00 h do dia 03 de Abril de 2014 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de Paranavaí, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Ma. Silvana M. Lopes Valentin
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof^a .Ma. Joice M. Maltauro Juliano
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Lucas Schenoveber dos Santos Junior
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por me dar coragem para continuar minhas atividades mesmo quando já não tinha mais forças.

Aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado me apoiando nas minhas decisões, e a todos que contribuíram de alguma forma ao longo dessa especialização em especial a minha orientadora Prof Ma Silvana Mendonça Lopes.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A minha orientadora professora Ma. Silvana Mendonça Lopes Valentin pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

Se na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

(PAULO FREIRE)

RESUMO

JOSEANE NOVAES DA SILVEIRA. Inclusão de Alunos Surdos no Ensino Regular. 2013. número de folhas 24. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

Esta pesquisa teve como temática: A Inclusão de Alunos Surdos no Ensino Regular. A justificativa do tema se deu pela busca do reconhecimento da diversidade e dos marginalizados por uma educação que contemple as diferenças, uma vez que temos vários surdos incluídos no ensino regular. Com isso, o fracasso escolar muitas vezes acontece por estratégias inadequadas fazendo com que os alunos muitas vezes desistam de estudar devido a sua limitação auditiva. Assim, o principal objetivo dessa pesquisa foi compreender as dificuldades que o surdo tem encontrado na sala de aula, na aquisição do conhecimento e no desenvolvimento educacional, levando em consideração sua identidade cultural e social. Ainda, os objetivos específicos, buscaram entender, observar e verificar a participação, o comportamento, a comunicação aluno-aluno e a inclusão dos alunos surdos, em ambiente de aprendizagem onde praticamente todos (aluno e professor) são ouvintes. Com embasamento teórico, foram abordadas questões como as políticas públicas para a educação especial e inclusiva, contemplando a educação para todos, sem que haja preconceito e discriminação. Por meio desta pesquisa, percebe-se que, teoricamente existem legislações que amparam a inclusão dos alunos surdos, mas que, estas políticas não contribuem no que diz respeito a capacitação e formação continuada dos professores para atenderem as especificidades dos alunos. Ainda, ficou evidente que as dificuldades e as barreiras que os educandos surdos no dia a dia enfrentam são diversas, mas uma das barreiras mais significativas é a falta de comunicação com o professor, uma vez que o professor não sabe Língua de Sinais.

Palavras-chave: Escola. Comunicação. Inclusão.

ABSTRACT

JOSEANE NOVAES DA SILVEIRA. Título da monografia (Inclusion of Deaf Students in Regular Education). 2013. Número de folhas 24. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

This study had as its theme: The Inclusion of Deaf Students in Regular Education. The justification of the subject was given by the quest for recognition of diversity and marginalized by an education that addresses the differences, since we have several deaf included in regular education. Thus, school failure happens for inappropriate strategies making students often give up studying because their auditory limitation. Thus, the main objective of this research was to understand the difficulties that the deaf have found in the classroom, in the assimilation of knowledge and educational development, taking into account their cultural and social identity. Still, the specific objectives, tried to understand, observe and verify participation, behavior, student-student communication and inclusion of deaf students in learning where virtually everyone (students and teachers) are listeners environment. With theoretical background, issues such as public policies for special and inclusive education were discussed, covering education for all, without prejudice and discrimination. Through, this research analyzed what our rulers want there to inclusion, but that did not contribute properly to make it happen by providing a quality study and enjoyment of learning. Still, it was evident that the difficulties and barriers are diverse, but are fully mobilized and try to change that everything would be easier for both the deaf student, and for the schools that receive them.

Keywords: School. Communication. Inclusion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	12
3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	13
3.1 TÓPICO DE PESQUISA – Filosofias Educacionais na Área da surdez.....	14
3.1.1 Subtópico de Pesquisa – Ensino de Libras para surdos.....	14
3.1.1.1 Subtópico de pesquisa – Ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para os surdos.....	14
3.2 TÓPICO DE PESQUISA	14
3.2.1 Subtópico de Pesquisa	14
3.2.2 Subtópico de Pesquisa	14
3.3 TÓPICO DE PESQUISA	14
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS	16
ANEXO(S)	17

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a sociedade vigente, tem buscado reconhecer a diversidade e incluir os marginalizados e estigmatizados, buscando uma educação que contemple as diferenças.

Segundo Fernandes (2006), o movimento inclusivo tem como objetivo resgatar todo alunado excluído, com a argumentação de que a diversidade na escola é um fator potencializador da aprendizagem no sentido acadêmico, relacional e humano.

Nesta perspectiva, o presente estudo primou em delimitar o assunto na categoria das necessidades especiais, se atendo na auditiva, dado a complexidade e abrangência do tema dentro da educação especial, igualmente buscou-se incluir e apresentar algumas considerações e discussões que são consideradas oportunas dentro deste contexto. A relevância desses temas se deu pelo fato de vários surdos estarem incluídos no ensino regular e enfrentarem muitas dificuldades que impedem a aprendizagem, principalmente no que se refere à aprendizagem da Língua Portuguesa, com relação à leitura e escrita.

Em meio a esses enfrentamentos, a inclusão de surdos é sem dúvida um tema muito discutido por teóricos, pois há quem discorde com a inclusão desses sujeitos no ensino regular, uma vez que não há uma interação direta do aluno com o professor. De acordo, com Minetto (2008, p.98), a inclusão pode ser uma “faca de dois gumes”. Podendo ser excelente para o desenvolvimento de uns e angústias de muitos, se não possuir estruturação.

Dentro destas discussões, o objetivo principal deste trabalho foi compreender as dificuldades que o surdo tem encontrado no ambiente de sala de aula, no que diz respeito à aquisição de conhecimento, levando em consideração sua identidade cultural e social. A partir do objetivo geral foi elencado o objetivo específico que procura responder a seguinte questão:

- Analisar como se dá a inclusão dos alunos surdos em ambiente de aprendizagem.

Para a realização deste trabalho, foi desenvolvida, uma pesquisa bibliográfica mediante a apreciação de livros e artigos científicos. Fundamentado em

escritores como Fernandes, E. (2003), Fernandes (2011), Ferreira (2006), Gil (2008), Guarinello (2007), Minetto (2008), Quadros (1997 e 2004), Silva (2010), Ziliotto (2007) entre outros.

Neste sentido, na primeira seção foi abordado o tema Histórico da inclusão dos surdos no Brasil apresentando os vários desafios com relação ao sistema de ensino, destacando o período de transição até chegar aos direitos sociais dessas pessoas, onde grande parte da sociedade ignoravam sua existência.

O tópico seguinte discorre sobre as Filosofias Educacionais na Área da Surdez e destaca o bilinguismo: o aprendizado de duas línguas para o surdo a primeira língua, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a segunda língua, o português escrito.

No tópico posterior buscou-se abordar o Ensino de Libras para Surdos, onde faz ponderações sobre a historicidade do ensino de Libras e suas formas de comunicação.

No último tópico e não menos importante, apresentou-se uma discussão acerca do Ensino da Língua Portuguesa como segunda língua dos sujeitos surdos, uma vez que o uso da Língua Portuguesa para o surdo acontece como segunda língua e muitas vezes se dá a partir no momento que ele começa a frequentar a escola regular, mesmo sendo de família ouvinte.

Por fim segue as considerações finais sobre a presente pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A metodologia aplicada nesse trabalho foi a de pesquisa bibliográfica e tem o intuito de fundamentar e ampliar o conhecimento do pesquisador ou a quem interessar.

Muller e Cornelsen (2003) consideram que:

O conhecimento científico surge dos diferentes modos de produção do conhecimento e do uso que se faz dele. Sendo assim, o progresso científico está na dependência da circulação e do uso efetivo das ideias, posto que a informação constitui, a um só tempo, insumo e produto de toda atividade científica. (Muller e Cornelsen 2003, p. 1).

No tocante aos métodos e procedimentos, verifica-se que a investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (Gil, 2008, p. 8), para que os objetivos do método científico sejam atingidos.

Em relação à pesquisa qualitativa, considera-se existir uma ligação dinâmica entre o real e o ser humano, uma relação que não está coligada na objetividade e na subjetividade do indivíduo, não podendo ser transcrita em dados estatísticos.

Para a efetivação desta pesquisa foi realizado estudos em vários livros de diferentes autores, a fim de construir um material teórico levando em consideração a ideia criada por esses autores e seus diferentes conceitos sobre o tema.

3 HISTÓRICO DA INCLUSÃO DOS SURDOS NO BRASIL

A surdez sempre existiu, mas antigamente os sujeitos surdos não eram respeitados e nem considerados como seres humanos. Fernandes relata que “atos desumanos foram praticados por diferentes civilizações, as quais consideravam a surdez um castigo.” (Fernandes, 2011 p.21).

Entretanto, muitas foram às conquistas através dos movimentos mundiais, que repercutiam no cenário brasileiro na educação dos surdos. Jean Itard foi considerado o pai da Educação Especial, ele buscou estudar muito tempo a recuperação de um menino deficiente mental. Mas só no final do século XVIII e início do século XIX surgiu a Educação Especial, aparecendo os primeiros programas de

atendimento às pessoas, chamadas de excepcionais. Antes não existia inclusão e por isso as pessoas surdas frequentavam as escolas especiais.

No Brasil, os atendimentos para pessoas especiais iniciaram, somente a partir do século XX com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Essa declaração dava direitos á essas pessoas a terem uma vida normal, tendo liberdade, direito á educação entre outras. Ferreira (2006) destaca que:

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda constitucional de 1978 e a lei nº 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação na educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/ educação especial). (FERREIRA, 2006, p.87)

Apesar de o Brasil ter mudado algumas políticas para construir uma sociedade melhor e mais justa para as pessoas com necessidades especiais, ainda existe um descaso muito grande por parte do governo e dos que participam da política.

Na LDBEN (1996) diz que o atendimento dos alunos com necessidades especiais deve ser, preferencialmente, em classes comuns das escolas, inclusive em todos os níveis de educação.

Ainda no art. 59 da LDBEN, discorre que deverão ser assegurados aos educandos com necessidades especiais, métodos, técnicas recursos educativos para atender as suas necessidades específicas.

A dignidade e a cidadania foram eleitas pela constituição brasileira, fundamento da Republica, onde o objetivo e o bem estar das pessoas sem que haja preconceito e discriminação. Ainda garante educação a todos, dando o direito de se desenvolver como pessoa e obter uma qualificação profissional.

Sendo assim, a escola é obrigada a fornecer um ensino de qualidade, sem excluir qualquer pessoa que seja independentemente da cor, da raça e de sua necessidade.

Muitas leis são criadas pelo governo, mas varias não são aplicadas de forma correta na prática. Muitas vezes tem uma falta enorme de pessoas capacitadas para exercerem as leis. A falta de verba dificulta um acolhimento dessas pessoas que necessitam de cuidados especiais, por exemplo, os alunos que necessitam de rampas para ter acesso à sala com cadeira de rodas.

A sociedade inclusiva almejada por todos deve pautar-se na compreensão do significado do termo “inclusão”. Educar para a inclusão é afirmar que Todos têm o direito de estudar numa escola regular com outros educandos, construindo juntos os conhecimentos e aceitar as diferenças de cada um, pois ser diferente é normal.

Quando se diz em educação especial é muito importante saber salientar sobre a nomenclatura a ser usada diante as pessoas que apresentam diferenças.

De acordo com Fernandes (2011):

No contexto brasileiro, a expressão necessidades especiais foi oficialmente adotada no art. 58 da LDBEN (Brasil,1996), acarretando numa interpretação ampliada do alunado da educação especial no contexto da inclusão, uma vez que avançava na ideia de que aplicava apenas aos alunos com deficiências e abrangia os demais alunos excluídos ou marginalizados no contexto escolar. (FERNANDES, 2011, p.139)

A verdade é que as pessoas com necessidades específicas necessitam de auxílio para desenvolver ou minimizar sua dificuldade. Para Fonseca (1997, p. 29), a definição da classificação em Educação Especial deve ser avaliado e classificado de acordo com o comportamento e não criança ou pessoa.

O momento em que vivemos é de constante luta a fim de que a inclusão social se faça valer em nosso meio, garantindo o respeito daqueles que são excluídos e menosprezados pela sociedade.

Apenas em 1960 houve uma luta maior onde teve inicio a aprendizagem desses alunos nas instituições, mas infelizmente não tiveram êxito, pois queriam que os alunos se adaptassem a escola. Em 1990, a inclusão foi fortalecida, buscando alcançar o desenvolvimento escolar reformulando o sistema educacional como um todo, inclusive na parte física.

A história da educação especial no Brasil ficou conhecida como período de institucionalização. As pessoas que necessitam de atendimentos especializados vivem em constante luta para assegurar seus direitos básicos, geraram na sociedade a reivindicação do direito de estudar junto com outros alunos, nas escolas comuns.

Nessa época a educação de forma geral era dada ao descaso, pois não era necessário ter estudo para trabalhar, já que muitos trabalhavam durante horas, praticamente um trabalho escravo.

Segundo Silva (2010, p.32), a inclusão no âmbito escolar tem como objetivo colocar o aluno especial na escola regular, porém, a escola continua da mesma forma, onde o aluno inserido que deve se adaptar a escola. Em contra partida no sistema de ensino inclusivo é a escola que se reorganiza para atender a dificuldade de cada aluno. E o sistema que tem que oferecer um ensino de qualidade a todos.

Analisando a escola, percebe-se que ela é um reflexo da sociedade e vice-versa, esta em constante modificação e é correspondida. As mudanças são necessárias para atender a todos respeitando suas individualidades e necessidades.

Todavia, certas modificações impulsionam discussões e geram consequências que devem ser analisadas por políticas, para que não gere descontentamentos e discriminação. Neste sentido, os documentos que norteiam as políticas da educação especial e concomitante educação inclusiva, são os seguintes:

- Lei Federal n 7.853, de 24 de Outubro de 1989 – dispõe Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- Lei n 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei n 3.298, de 20 Dezembro de 1999 – institui Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- Lei n 10.172, de 09 de Janeiro de 2001 – Aprova o Plano Nacional de Educação.
- Resolução CNE n 02, de 11 de Setembro de 2001 – institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Estas leis teoricamente fazem com que sejam respeitados os direitos das pessoas que necessitam de atendimento especializado. A inclusão veio para transformar a educação do nosso país, onde a escola seja para todos, recebendo alunos “normais” ou com alguma necessidade especial. As pessoas ouvintes muitas vezes confundem essa deficiência com problemas mentais, onde na verdade não é, o surdo vê o mundo apenas com outros olhos, de uma forma visual ele cria seu próprio mundo e vivencia suas experiências.

Embora que, a inclusão dos alunos surdos é muito nova tanto para a escola, quanto para os próprios professores. Isso tudo vem surgindo como um grande desafio para todos, pois, a escola e toda parte educacional deve oferecer, ao aluno surdo uma boa qualidade de ensino, para que ele tenha uma aprendizagem concreta, caso contrário estará realizando uma inclusão não muito eficiente com relação à aprendizagem desses sujeitos.

Outra questão bastante pertinente com relação ao surdo, e que deve e que deve ser esclarecido e a concepção que as pessoas têm no que se refere a deficiência. O surdo não é um deficiente, apenas possui limitações auditivas e uma língua diferente e que quando incluídos nos ambientes escolares, deve ser ofertado as mesmas oportunidades que são oferecidas aos alunos ditos “normais”, os ouvintes.

De acordo com Fernandes, para o grupo de mobilização social dos surdos, “as expressões deficiência e deficiente auditivo (a) são pejorativas e carregam o estereótipo da doença incurável, do déficit, da limitação” (Fernandes, 2011a, p.61)

Neste sentido, ainda a referida autora, descreve que, os surdos reivindicam o direito de serem chamados de Surdos e não como deficientes auditivos.

Enfim, as mudanças são demoradas como qualquer situação, mas exige que tenha força e coragem para mudar as coisas, e mesmo que sejam difíceis mais adiante fará uma grande diferença na vida de quem precisa, e quem colabora e participa cresce como pessoa, como ser humano. Enquanto educador, devemos abraçar a causa da Inclusão, pois nosso papel não é apenas transmitir conhecimento científico, mas contribuir para uma formação humanizada e democrática.

3.1 Filosofias Educacionais na Área da Surdez

A educação bilíngue é um desafio da inclusão. Fernandes (2011) define a educação bilíngue como uma proposta educacional que compreende, em sua realização, a utilização de duas línguas na comunicação e no ensino dos Surdos: a língua Brasileira de Sinais (Libras) e a língua portuguesa.

A ideia do bilinguismo é possibilitar ao aluno, a se comunicar em libras e também na compreensão da oralidade e escrita. Assim, podendo se comunicar melhor com os ouvintes. Essa é uma maneira que propicia ao surdo, um desenvolvimento da linguagem e cognição.

A escolarização de forma bilíngue para os surdos é importante, pois, subentende que vai de encontro com as praticas pedagógicas adequadas diminuindo assim, as dificuldades vivenciadas pelos alunos surdos na escola. O direito a ser diferente, sem diminuir a categoria bilíngue dos Surdos, estabelece ao sistema educacional o desafio de transformações em suas estruturas e práticas na maioria das vezes habituadas às necessidades da maioria, que tem no português a língua oficial e materna. (FERNANDES, 2011, p.104).

O bimodalismo é o uso da língua portuguesa acompanhada dos sinais, da (Libras). Essa modalidade é usada em algumas escolas como um recurso na aquisição da linguagem. A função dos sinais com a linguagem oral é fazer com que a criança crie habilidades linguísticas usando o pouco que se tem de fala e audição.

Conforme Zillioto (2007, p. 17), atualmente 'a surdos têm sido discutida como uma diferença linguística, uma vez que pessoas que apresentam uma perda auditiva significativa se comunicam na modalidade visual-espacial a língua de sinais'.

Esse aprendizado pode ser comparado da mesma forma quando um ouvinte vai aprender uma língua estrangeira além de prática, requer metodologia apropriada para o ensino.

Segundo Fernandes (2003), para os surdos é bem mais difícil por causa de sua limitação auditiva. O bimodalismo faz a relação dos sinais e da oralidade, assim o surdo consegue fazer essa associação das palavras com os gestos.

Por fim, as experiências visuais são de extrema importância para o surdo, pois é um ponto de partida para o processo de aprendizagem.

3.1.1 Ensino da Libras para surdos

A história dos surdos foi sempre marcada de preconceito, onde até mesmo a língua de sinais era proibida. No Brasil apenas no ano de 2002, através da aprovação da Lei 10.436/2002 que a língua de sinais foi regulamentada como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda.

Conforme, Guarinello (2007) a pessoa surda era incapaz de se expressar e a audição seria o meio mais viável para atingir o aprendizado, em séculos passados não existiam escolas especializadas para atender as pessoas surdas, os próprios ouvintes que tentavam ensiná-los a ler e escrever.

Vale lembrar que todas as iniciativas de oralização desenvolvidas entre o início do século XVIII, têm caráter individual sendo realizadas por preceptores, geralmente contratados para educar Surdos oriundos da nobreza. (FERNANDES, 2011, p.26).

Segundo Guarinello (2007), no Brasil, apenas teve início no governo de D. Pedro II onde a escola era apenas para meninos surdos, e teve como fundador um francês pelo nome de Hernest Heret, que era um professor surdo.

Para Quadros (2004, p.19), “A língua brasileira de sinais é uma língua visual articulada pelas mãos, expressões essa vindas do corpo. É uma língua natural usada pelos surdos”.

As línguas de sinais são sistemas abstratos de regras gramaticais, naturais das comunidades de indivíduos surdos que a utilizam. Como todas as línguas oral-auditivas, não são universais, isto é, cada comunidade linguística tem a sua. Assim há uma língua de sinais inglesa, uma americana, uma francesa e várias outras, e vários países, bem como a brasileira. (FERNANDES, 2003, p.39)

Em meio a essas discussões, percebe-se que ensinar a Libras nas escolas para os surdos é muito importante para que eles construam sua própria identidade e até mesmo para interagir dentro da comunidade surda.

3.1.1.1 O ensino da Língua Portuguesa como segunda língua dos sujeitos surdos

O ambiente familiar desempenha um papel importante nos processos linguísticos das crianças, pois proporcionam o início das “interações comunicativas como base às futuras operações simbólicas e à interiorização de significados compartilhados socialmente”. (FERNANDES, 2011, p.89).

A língua portuguesa está ligada a oralidade auditiva, por isso a criança surda tem dificuldades em aprendê-la. Na maioria das vezes, o que dificulta a aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua é a forma que o professor tenta ensinar os alunos surdos, ou seja, a metodologia inadequada nesse contexto.

No entanto, a escola, bem como o professor deve não apenas conhecer a metodologia mais adequada para aprendizagem dos alunos surdos, mas sim, promover um currículo inclusivo, que promova uma aprendizagem que contemple a língua portuguesa como a segunda língua e flexibilização na avaliação das produções de escrita do alunado surdo.

Para Minetto (2008):

A escola inclusiva tem no seu currículo e no PPP o reflexo de seus pensamentos, concepções e desejos, por isso de nada adiantaria colocar no papel algo que não corresponda ao que será capaz de cumprir. A estruturação adequada de um currículo flexível só trará benefícios quando todos entendem sua razão e colaboram com sua execução. (p.62)

Porém, mesmo com todas as dificuldades, os surdos têm direito de aprender a língua portuguesa como sua segunda língua, até porque vivem em uma sociedade onde o português é predominante.

A educação bilíngue é um desafio, que visa rever “práticas monolíngues (baseadas na língua majoritária, o português) para uma educação linguística diferenciada, que também reconheça e incorpore ao currículo a língua minoritária, a Libras.” (FERNANDES, 2011 , p.106).

O papel do professor é buscar diferentes métodos de ensino para minimizar os problemas enfrentados pelos alunos, fazendo com que ele possa compreender e aprender da melhor forma possível. Geralmente esse aprendizado se inicia nos primeiros anos do ensino fundamental e de maneira inadequada.

Na verdade, desconsidera-se, nesse processo, a possibilidade diferenciada de apropriação da língua portuguesa pelos surdos, mediada simbolicamente pela língua de sinais, ou seja, com base em estratégias essencialmente visuais, e não orais auditivas como acontecem com pessoas ouvintes. (FERNANDES, 2011, p.115)

Neste sentido, o planejamento e as atividades realizadas pelo professor que atende os alunos surdos, necessitam serem contextualizadas juntamente com referenciais visuais. É muito importante proporcionar ao aluno a expressão escrita, para que ele consiga ver seu desenvolvimento e o professor possa analisar o processo de aquisição do conhecimento.

Para Minetto [...] o que parece ser mais viável é uma reflexão sobre o currículo, para uma melhoria da prática, não a elaboração de novas teorias sobre o currículo. (2008, p.33).

Refletir a avaliação é outro ponto importante, pois necessita perder o ar “somativo, intraindividual, e voltar a outro, formativo e interindividual,” em que o interesse está situado nas relações entre as necessidades de cada indivíduo e o retorno educacional que lhe é proporcionado. (MINETTO, 2008, p.68)

A questão de avaliar um aluno, não é para julgamento e sim para ver se o aluno está aprendendo o conteúdo que o professor está passando, e também usado como autoavaliação do próprio professor, para que o professor possa analisar e rever suas metodologias aplicadas em sala de aula.

A avaliação com o aluno surdo deve acontecer de forma, mais gestual usando a sua língua nativa que é a Libras, utilizando de gravuras e através de atividades que proporcionem uma compreensão mais tranquila. A presença da interprete é muito importante para o aluno.

Um dos erros cometidos e que prejudicam os alunos em uma avaliação e nos próprios exercícios de fixação é o professor utilizar questões dissertativas, pois o professor deve compreender a grande dificuldade que o aluno surdo apresenta no que se diz respeito à escrita. (FERNANDES, 2011, p.118).

‘Flexibilizar é a palavra chave’. Contudo é necessário considerar: não rigidez na classificação do tempo e metodologia. Ainda, momentos viáveis para efetuarem os trabalhos, o comportamento e a envoltura que o alunado tem perante certa proposta. (MINETTO, 2008, p.104)

Assim, Fernandes, enfoca a importância do professor em sua formação continuada, disponibilizar novas formas de mediação no que diz respeito a sua prática em sala de aula com “diferenças e deficiências, em um movimento que não dissocie teorias e práticas”. (2011, p.215).

Afinal, o professor tem um papel muito importante para que o aluno surdo venha a conceber a língua portuguesa como a segunda língua, para tanto necessita ser capacitado e estar em formação contínua. Igualmente, conseguirá desenvolver metodologias que vá de encontro com as necessidades dos alunos surdos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o estudo efetuado através de pesquisa bibliográfica, tornar-se evidente que atualmente a escola, tenta proporcionar aos alunos com necessidades educacionais especiais (focando mais no aluno surdo), um estudo no qual está em seu alcance, com os poucos recursos que se tem, pois existe uma grande deficiência de materiais de apoio e também de profissionais.

Entretanto, o governo infelizmente não disponibiliza verbas satisfatórias para as escolas poderem comprar materiais adequados para trabalhar com esses alunos que necessitam de um aprendizado diferenciado.

Embora que a escola possui a professora interprete que auxilia o aluno surdo em todas as aulas e atividades. O papel da interprete é muito importante para que o aluno consiga acompanhar a aula na sua língua natural que é a Libras.

Contudo, ainda faltam muitos profissionais qualificados para fazer esse trabalho, de interpretação e tem algumas escolas que ainda não possui.

Ainda, a comunicação da sala, que são quase em sua totalidade de alunos ouvintes, se dá de forma oral, pois nenhum dos alunos sabe libras apenas a interprete. Isso faz com que o aluno surdo se esforce para entender e tentar fazer a leitura labial.

Porém, a dificuldade que mais atrapalha a vida escolar do aluno surdo é a segunda língua, o português. Para ele é complicado entender as palavras, apenas consegue estudar na escola, pois em casa sozinho as dificuldades aumentam. O português possui muitas preposições e outras regras que não existem na língua de

sinais, isso faz com que o aluno surdo, tenha dificuldade tanto na leitura, quanto na escrita.

Para melhorar a vida escolar não apenas do aluno que é surdo, mas para os próprios professores, seria viável que todos os professores da rede de ensino fizessem uma capacitação, e aprendessem pelo menos o básico da língua, claro que não acabaria todos os problemas encontrados na sala de aula, mas já iria minimizar bastante.

Ainda, há muito a se fazer não apenas em relação à inclusão, mas em todo âmbito escolar, para todos os alunos que frequentam uma escola a fim de ter um aprendizado de qualidade, para prestar um vestibular e passar, dando continuidade à vida acadêmica. São poucos os alunos surdos que conseguem chegar a uma faculdade, e quando chegam muitas vezes não conseguem concluir por falta de profissionais especializados que o ajude em suas atividades que são bem mais difíceis, enquanto universitário.

Assim, fica como sugestão que uma nova pesquisa poderia ser realizada em outro momento sobre essa condição de aluno surdo que consegue chegar à vida universitária e quais os pontos que enfrentam nessa outra parte de sua vida, um pouco mais avançada, um desafio para muitos.

Finalmente, através dessa pesquisa ficou evidente que as dificuldades e as barreiras são diversas, mas que se todos se mobilizassem e tentassem mudar essa realidade tudo seria mais fácil, tanto para o aluno surdo, quanto para as próprias escolas que os recebem.

REFERENCIAS

FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Porto Alegre: Ibplex, 2006.

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. Curitiba: 2. ed. Ibplex, 2011.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: 2. ed. Ibplex, 2011.

FERREIRA, Julio Romero. Educação especial, inclusão e política educacional: IN: Rodrigues, D. (org.) **Inclusão e Educação: Doze Olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUARINELLO, A.C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

MINETTO, Maria de Fatima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2.ed. Curitiba: Ibplex, 2008.

MULLER, Mary Stela. Julce Mary CORNELSEN. **Normas e Padrões para Teses, Dissertações e Monografias**. 5ª edição, Londrina: Eduel, 2003.

QUADROS, Ronice Muller.de. **Educação de surdos e aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de. **Avaliação da língua de sinais em crianças surdas na escola**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v.39,n.3 2004.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: historia e fundamentos**. Curitiba: Ibplex, 2010.

ZILLIOTTO, Gisele Sotta. **Fundamentos psicológicos e biológicos das necessidades especiais**. 2.ed. Curitiba: Ibplex, 2007.